

AVM FACULDADE INTEGRADA

MILENE SOUTO

**LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

São Paulo/SP

2016

Milene Souto

LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de conclusão de curso para
obtenção do grau de especialização em
Licitações e Compras Sustentáveis
apresentado à AVM Faculdade Integrada
como requisito para obtenção do título de
Pós-Graduação em Direito Administrativo.

Orientador (a) Prof. (a) Deborah Farah
Sobrinho.

São Paulo/SP

2016

Milene Souto

LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de conclusão de curso para
obtenção do grau de especialização em
Licitações e Compras Sustentáveis
apresentado à Universidade como requisito
para obtenção do título de Pós-Graduação
em Direito Administrativo.

BANCA EXAMINADORA:

Prof (a). Deborah Farah Sobrinho
Orientador

Prof. Róbison Gonçalves de Castro

Local, ____ de _____ de 2016.

RESUMO

O conceito de Licitação Pública será analisado em consonância com conceito de Administração Pública, e para isso, a licitação estabelece quais instrumentos que estão à disposição do Poder Público para avaliar dentre as ofertas apresentadas qual será a mais vantajosa para si. Regulamentado pela Lei 8.666/93. A Administração Pública trabalha para realizar os objetivos da organização, seja ela pública ou privada. O tema Licitação e Compras Públicas detém forte importância no Poder Público brasileiro. Por isso, a Administração Pública só existe e se justifica para atender a um fim público, que é o resultado que se busca alcançar com a prática do ato, e que consiste em satisfazer em caráter geral e especial, os interesses da coletividade. Caso contrário, estar-se-á diante de um desvio de finalidade ou desvio de poder que acarreta a invalidação do ato administrativo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da licitação sustentável, e como, a Administração pode atuar sem ferir as normas legais, e aproveitar melhor seus recursos financeiros para atender as questões relativas a sustentabilidade.

Palavras-chave: Direito administrativo. Licitações. Compras Sustentáveis.

ABSTRACT

The concept of Competitive Bidding will be analyzed in line with concept of public service, and for that, the bidding determines which instruments are available to the Government to evaluate among the offers presented what will be the most advantageous for you. Regulated by Law 8.666 / 93. The Public Administration works to achieve the goals of the organization, be it public or private. The Procurement and Public Procurement theme holds strong importance in the Brazilian Government. Therefore, the public administration only exists and is justified to serve a public purpose, that is the result that seeks to achieve with the practice of the act, and that is to meet in special and general character, the interests of the community. Otherwise, it will be facing a purpose of diversion or misuse of powers which requires the invalidation of the administrative act. Thus, this work aims to show the importance of sustainable procurement, and how the Administration can act without violating the laws, and make better use of their financial resources to address the issues related to sustainability.

Wordskey:. Administrative law. Bids. sustainable procurement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – COMPRAS SUSTENTÁVEIS	9
1.1 Noções gerais e conceito.....	9
1.2 Vantagens na utilização de compras sustentáveis	10
1.3 Sustentabilidade	12
1.4 Meio ambiente	14
1.5 Proteção ambiental	18
1.6 Orientação para o consumo sustentável.....	21
1.7 Atuação do Estado	24
CAPÍTULO 2 – LICITAÇÃO.....	27
2.1 Noções gerais e conceito.....	27
2.2 Espécies	31
2.3 Modalidades de licitação.....	32
2.4 Hipóteses de dispensa da licitação.....	35
2.5 Licitação sustentável: vantagens ou desvantagens para a Administração Pública	37
2.6 Administração Pública frente a Licitação sustentável	40
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O Direito Administrativo, por estar diretamente atrelado à administração do Estado, é um ramo do Direito que merece estudo constante, já que as características estatais mudam conforme a sociedade evolui. Dentre os vários aspectos que mudaram, desde o surgimento da figura do Estado até os dias de hoje, um dos que mais se destaca é a maneira constante como os princípios constitucionais são aplicados para impulsionar e justificar decisões administrativas e judiciais.

O conceito de Licitação Pública será analisado em consonância com conceito de Administração Pública, e para isso, a licitação estabelece quais instrumentos que estão à disposição do Poder Público para avaliar dentre as ofertas apresentadas qual será a mais vantajosa para si. Regulamentado pela Lei 8.666/93, o procedimento licitatório se caracteriza como uma série de regras aplicadas àqueles que visam o ingresso no certame, através das diferentes modalidades e tipos de licitação.

A necessidade de mudança e de adaptação a novos conceitos é inerente a todos os setores da organização, e para isso é necessário comprometimento das ações empregadas para que os objetivos estabelecidos sejam devidamente alcançados. O combate ao desperdício passa a ser o foco da gestão, o que demanda tempo e esforço. É por esse motivo que muitas empresas desistem no meio do caminho, pois não conseguem alcançar o tempo de maturação necessário para se atingir esse objetivo.

A necessidade de se ter um consumo responsável com relação aos recursos naturais é de suma importância, pois, as modificações realizadas pelos indivíduos na natureza devem ocorrer também com relação a busca de produtos ecologicamente corretos e que possam ser substituídos ou reciclados. A construção de um cenário perfeito e livre de problemas se torna utópico, frente a busca excessiva pelo lucro das corporações. Assim, se verifica que o cenário em que vivemos influencia o modo de pensar das pessoas, e nesse contexto, algumas questões primordiais são deixadas de lado ou esquecidas, mas tais ações refletem no nosso modo de viver.

No Brasil, quando se fala em gestão é bastante comum haver referências aos vícios do nosso sistema sociopolítico, os quais apontam para a impossibilidade de

uma democracia descentralizada e para incapacidade de existir no país um sistema de gestão local que seja realmente capaz de promover o acesso à cidadania e a equidade social. Por isso, a Administração Pública só existe e se justifica para atender a um fim público qual seja o alcance da produção de um resultado exteriorizado através da prática do ato. Caso contrário, estar-se-á diante de um desvio de finalidade ou desvio de poder que acarreta a invalidação do ato administrativo.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da licitação sustentável, e como, a Administração pode atuar sem ferir as normas legais, e aproveitar melhor seus recursos financeiros para atender as questões relativas a sustentabilidade. Como metodologia este trabalho utilizará o método hermenêutico, ou seja, será realizada a interpretação da legislação vigente e também da doutrina que aborda o tema, a fim de esclarecer a problemática proposta neste trabalho. A pesquisa é explicativa porque utiliza material bibliográfico para analisar o conceito de licitação e compras sustentáveis, e demais temas correlatos ao trabalho.

CAPÍTULO 1 – COMPRAS SUSTENTÁVEIS

As compras públicas sustentáveis são consideradas processos de gastos e investimentos tipicamente associados com políticas públicas, embora sejam igualmente aplicáveis ao setor privado. As organizações que praticam compras sustentáveis procuram satisfazer as suas necessidades de bens, serviços, e utilidades através da análise de custo-benefício, a fim de maximizar os benefícios líquidos para si e para o resto do mundo, conforme a explanação realizada no tópico abaixo.

1.1 Noções gerais e conceito

As compras sustentáveis são o processo através do qual as organizações buscam satisfazer as suas necessidades de bens, serviços, obras e serviços públicos de uma forma que atinge menor valor para o dinheiro gasto em uma base que analisa custo/benefício, em termos de geração de economia não é só a organização que ganha, mas também toda a sociedade, pois, assim, os recursos financeiros são mais bem utilizados e busca-se amenizar os danos ao meio ambiente.

Compras sustentáveis compreende conceitualmente as seguintes dimensões: a sustentabilidade socioambiental e econômica, ou seja, compras sustentáveis envolvem o equilíbrio entre as compras realizadas pelo Poder Público e a busca pela adoção da sustentabilidade em suas obras e/ou serviços. Assim, durante a realização de certos aspectos da sustentabilidade podem ocorrer a compra de produtos e/ou serviços que tragam impacto a cadeia de abastecimento e com os assuntos relacionados sustentabilidade (SANTOS, 2011, p. 40).

A preocupação com as questões ambientais estão sendo justificadas pela adoção de compras sustentáveis, nascida fora do consenso crescente do consumidor ao longo dos últimos anos em que a humanidade está praticando com os recursos naturais e insustentáveis, pois, tal questão é suficientemente influente nos contratos

estabelecidos pela Administração Pública.

Tal fato tem sido utilizado para justificativa à adoção dos meios para a obtenção da sustentabilidade e como ferramenta para frear o consumismo exacerbado da população. Assim, as compras sustentáveis normalmente são vistas como sendo a aplicação de critérios de desenvolvimento sustentável para decisões de consumo e investimento.

A política de proteção ambiental surgiu da necessidade de dar maior proteção ao meio ambiente, e com isso, o legislador pátrio tomou para si o dever de editar normas regulamentadoras. O aspecto punitivo foi embasado na teoria do desestímulo que surgiu nos Estados Unidos, e aqui no Brasil foi desenvolvida para que o meio ambiente seja mantido em equilíbrio.

Desse modo, os critérios utilizados para definir as compras sustentáveis, o Poder Público incorporou padrões de custo extrínsecos em decisões convencionais para a aquisição de critérios que escolham o melhor preço e qualidade. Embora na prática os impactos relacionados a sustentabilidade estejam diretamente ligados ao potencial do fornecedor muitas vezes são considerados como uma forma de exteriorização da qualidade, e estas considerações são tipicamente divididas da seguinte forma: ambiental, econômica e social.

Assim, a aquisição sustentável envolve um maior grau de colaboração e engajamento entre todas as partes de uma cadeia de suprimentos. Muitas empresas tem adotado uma interpretação ampla de compras sustentáveis e desenvolveram ferramentas e técnicas para apoiar este compromisso e colaboração, e os contratos realizados através do procedimento licitatório visam garantir melhor utilização dos recursos e garantir a adoção e respeito das questões relativas a sustentabilidade.

1.2 Vantagens na utilização de compras sustentáveis

Dentre as várias vantagens apontadas para a utilização de compras sustentáveis pode-se dizer que uma delas é a adoção de políticas públicas que visem a atuar no sentido de cumprir as metas relacionadas ao meio ambiente e a sustentabilidade, dessa forma o atendimento a essas demandas irá proporcionar melhor utilização do erário público, e absorver os custos para que novos projetos

possam ser implantados, sem se esquecer do cumprimento das normas que cuidam da proteção ambiental.

As ferramentas utilizadas pelo setor produtivo relacionadas com as compras sustentáveis podem auxiliar na construção e cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Público, principalmente com relação a gestão de materiais nocivos ao meio ambiente, por isso, pode-se dizer que apesar de ser consistente o crescimento econômico, o conteúdo do crescimento reflete nos temas relacionados a sustentabilidade. Mas o crescimento por si só não é suficiente, ou seja, altos níveis de atividade produtiva e a pobreza generalizada podem coexistir, e pode colocar em risco o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável, portanto, exige que as sociedades possam satisfazer as necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo e pela garantia de oportunidades iguais para todos (BETIOL, 2012, p. 55).

O crescimento não tem limites em termos de uso da população ou de recursos além do que repousa o desastre ecológico. Limites diferentes são realizados para o uso de energia, materiais, água e terra. Muitos destes se manifestam na forma de aumento de custos e retornos decrescentes, ao invés de na forma de qualquer perda repentina de uma base de recursos. Por isso, a atuação do Estado deve se preocupar com o meio ambiente e com a adoção de práticas sustentáveis desenvolvidas pela máquina pública.

A compra sustentável, por sua vez, auxilia na redução de poluentes no ar e nos rios, por isso, cada ecossistema deve ser protegido, pois, florestas e estoques de peixe não precisam ser esgotados desde que a taxa de utilização esteja dentro dos limites de regeneração e crescimento natural. O potencial de melhoria realizado pelas compras sustentáveis pode representar o diferencial entre o sucesso da preservação ou a destruição do meio ambiente.

Todo acordo realizado para a realização de uma compra sustentável é analisado sob o contexto por ele assumido, já que a produção de seus atos produz consequências na esfera jurídica, assim, quando falarmos em licitações sustentáveis há de se ter em mente que se busca é a prevenção da adoção de práticas que melhorem todos os assuntos relacionados a sustentabilidade. Por isso, qualquer avanço conquistado nesta área desempenha o esforço empregado para melhoria do sistema, e com isso, as compras sustentáveis tem auxiliado o alcance de melhor qualidade e menor preço na aquisição de serviços e/ou bens.

1.3 Sustentabilidade

A satisfação das necessidades humanas e aspirações no objetivo principal do desenvolvimento, as necessidades essenciais de um vasto número de pessoas nos países em desenvolvimento por alimentos, vestuário, abrigo, emprego - não estão sendo atendidas, e além de suas necessidades básicas, essas pessoas tem legítimas aspirações para uma melhor qualidade de vida, ou seja, essa satisfação das necessidades essenciais depende em parte de alcançar potencial de crescimento, e o desenvolvimento sustentável exige claramente o crescimento econômico nos lugares onde tais necessidades não estão sendo atendidas.

Em outros lugares, pode ser consistente com o crescimento econômico, desde que o conteúdo do crescimento reflete os grandes princípios da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Mas o crescimento por si só não é suficiente. Altos níveis de atividade produtiva e a pobreza generalizada podem coexistir, e pode colocar em risco o meio ambiente. Pesquisas relacionadas a Desenvolvimento sustentável, portanto, exige que as sociedades satisfazer as necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo e pela garantia de oportunidades iguais para todos (ALMEIDA, 2007, p. 24).

Uma expansão em números pode aumentar a pressão sobre os recursos e retardar a elevação dos padrões de vida em áreas onde a privação é generalizada. Embora a questão não é meramente um do tamanho da população, mas da distribuição de recursos, o desenvolvimento sustentável só pode ser prosseguido se a evolução demográfica estiver em harmonia com o potencial de mudança produtiva do ecossistema.

A sociedade pode em muitos aspectos comprometer a sua capacidade de satisfazer as necessidades essenciais de seu povo no futuro - ao explorar demais recursos, por exemplo. A direção da evolução tecnológica pode resolver alguns problemas imediatos, mas pode levar a problemas ainda maiores. Até recentemente, tais intervenções eram em pequena escala e seu impacto limitado, hoje as intervenções são mais drásticas e suas consequências são em escala maiores.

O crescimento não tem limites em termos de uso da população ou de recursos além do que repousa desastre ecológico. Limites diferentes são realizados para o uso de energia, materiais, água e terra. Muitos destes se manifestam na forma de aumento de custos e retornos decrescentes, ao invés de na forma de

qualquer perda repentina de uma base de recursos.

O acúmulo de conhecimento e o desenvolvimento da tecnologia podem melhorar a capacidade de carga da base de recursos. Mas existem limites definitivos e a sustentabilidade requer que muito antes destes são atingidos, o mundo deve garantir o acesso equitativo aos recursos limitados e reorientar os esforços tecnológicos para aliviar a pressão. Cada ecossistema em todos os lugares não pode ser preservado. Em geral, os recursos renováveis, como florestas e estoques de peixe não precisa ser esgotado desde que a taxa de utilização esteja dentro dos limites de regeneração e crescimento natural.

Mas, a maioria dos recursos renováveis faz parte de um ecossistema complexo e interligado, e do rendimento máximo sustentável deve ser definido tendo em conta todo o sistema os efeitos da exploração. Quanto aos recursos não renováveis, como combustíveis fósseis e minerais, seu uso reduz o estoque disponível para as gerações futuras. Mas isso não significa que tais recursos não devem ser usados.

Desenvolvimento sustentável requer que a taxa de esgotamento de recursos não renováveis deve encerrar tão poucas opções de futuro possível, além do mais, o desenvolvimento tende a simplificar os ecossistemas e reduzir a sua diversidade de espécies. E espécies, uma vez extinto, não são renováveis. As matérias-primas e energia dos processos de produção é apenas parcialmente convertida em produtos úteis. O resto sai como resíduos (BURZRTN, 2001, p. 32).

Nesse contexto se verifica que o desenvolvimento sustentável não se preocupa com as fontes de recursos naturais, e tal fato contribui para a degradação da natureza. A ideia de Desenvolvimento Sustentável surgiu na década de 1970, diante de uma triste realidade mundial: o consumo descontrolado de recursos, sem a preocupação na sua reposição, provocando grande desequilíbrio no meio ambiente ao longo de séculos, a ponto de tornar visíveis os reflexos desse consumo.

Na atualidade, assistimos e sofremos no mundo todo, as consequências dessa má administração dos recursos finitos disponíveis, com a ocorrência de grandes catástrofes, escassez de água e alimento em diversas regiões, esgotamento de matérias-primas para produção de diversos produtos, intensas alterações climáticas totalmente fora do padrão de anos atrás.

Na visão de muitas pessoas, a política de desenvolvimento sustentável adotado pelas empresas, hoje em dia, não passa de um modismo temporário. No

entanto, é muito clara a necessidade da manutenção constante dessa ideia, não somente dentro de uma organização, mas também no ambiente familiar, para que se possa vislumbrar a perpetuação da humanidade e do planeta.

O desenvolvimento que se almejou durante grande parte do século XX não foi alcançado pelo Brasil, e assim cabe a todos os países cumprir o seu papel no grande ciclo, aprendendo ou reaprendendo sobre o consumo consciente de todas as coisas, e por isso, ele ainda satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações. O ponto de partida é a convicção de que o gerenciamento ecológico envolve mudanças básicas na cultura empresarial. A mudança na cultura organizacional, como já dito anteriormente, é possível e deve ser realizada com planejamento. Assim, não há qualquer tipo de dúvida com relação ao consumismo humano e das suas consequências na natureza, e nesse contexto, há necessidade de conscientização dos problemas que podem surgir da destruição da natureza.

1.4 Meio ambiente

Há, entre o ambiente e os seus habitantes, uma relação de influências recíprocas. Um organismo não existe sem um ambiente adequado. Ou seja, o meio ambiente é essencial para que a vida se desenvolva. Justamente por isso, pelas graves consequências que a degradação do meio ambiente pode trazer, é assegurado constitucionalmente que ele esteja sempre equilibrado.

O meio ambiente é “complexo de relações entre mundo natural e o ser vivo, que influem na vida e no comportamento do mesmo ser vivo” (MEDEIROS, 2004, p. 33).

Portanto, o ambiente pode ser compreendido como substantivo ou adjetivo. Enquanto substantivo é mais abrangente e será aquilo que cerca os seres vivos e as coisas em geral, sendo, portanto, o ar que respiramos, as árvores, os animais, a paisagem, espaços, recintos, lugares, conjunto de influências abstratas, intelectuais, ou seja, o meio em que vivemos. Enquanto adjetivo será a qualidade daquilo que nos envolve, que é envolvente, como a temperatura ambiente.

É no ambiente que encontramos os recursos naturais e eles são o principal

motivo da degradação do meio ambiente. É por ter sido atribuído a eles valor econômico é que esses recursos são tão cobiçados, as florestas são destruídas para que delas se extraia a madeira, as montanhas são exploradas por seus minerais e assim por diante.

Contudo, um meio ambiente equilibrado e preservado é meio para sadia qualidade de vida, sendo, todavia, composto por recursos, que são meios para o progresso de nossa sociedade, principalmente a riqueza. Assim, percebe-se que, tanto o que o compõe, quanto o meio ambiente como um todo, são necessários. Daí a necessidade de equilíbrio entre a extração e a preservação da natureza que nos supre as necessidades.

As decisões sobre as medidas ecológicas devem gerar reações e resultados positivos, todos devem receber créditos, por isso, aproveitar todas as oportunidades que surgirem para agradecer e elogiar a consciência ecológica dos membros da organização, pois dessa forma estará motivando as ações futuras de outras pessoas.

Por isso, quanto maior for a percepção de que o trabalho que executa ajuda a proteger o ambiente, maior será o entusiasmo dos funcionários e uma equipe envolvida e consciente da importância da gestão ambiental na empresa, que começa a perceber diversas mudanças positivas em suas práticas.

As percepções básicas não são difíceis de entender, e transmite uma forma nova e estimulante de ver o mundo. Quanto mais elas forem aceitas e entendidas pelos funcionários, tanto mais forte será a motivação coletiva para fazer negócios e agir de forma ecologicamente correta (BURZRTN, 2001, p. 59).

As oportunidades recreativas e de educação ambiental devem ser encaradas como instrumentos reais de conservação ambiental, eficientes nos esforços para promover o desenvolvimento. E sem dúvidas a Educação Ambiental é a melhor forma de conscientizar as pessoas sobre os malefícios da destruição, dos rumos que o planeta Terra está tomando e das maneiras que podemos contribuir para a diminuição dessa progressiva destruição ou mesmo da própria eliminação.

A relação da educação ambiental com a educação está relacionada com os cidadãos de nossa sociedade e com as atitudes empregadas para preservá-la, assim, qualquer tipo de aprendizado irá se traduzir em ações de proteção ambiental. Entretanto, o maior desafio é o de conscientizar os cidadãos da importância da

preservação da natureza, e isso só pode ser melhorado com a conscientização e aprendizagem pedagógica.

A educação ambiental é iniciada com a conscientização e busca pelos indivíduos em melhorar o mundo em que vivem, não há qualquer tipo de discriminação, a igualdade deve prevalecer em prol de todas as ações são democráticas e interativas, em face da construção de objetivos que protejam a natureza (DIAS, 2010, p. 63).

Verifica-se que tal aprendizado pode ser concretizado, para isso basta que as ações sejam tomadas na mesma direção e os indivíduos falem a mesma língua, pois, os recursos naturais devem ser protegidos, a fim de proporcionar ao indivíduo maior bem-estar coletivo. Por isso, qualquer ato voltado a proteger o meio ambiente deve unir os indivíduos e ser exteriorizado através do conhecimento, conhecimento que pode ser compartilhado de modo que todos aprendam algo sobre meio ambiente.

Além disso, qualquer ato voltado a representar uma maioria pode motivar aqueles menos interessados sobre a importância do cuidado com o meio ambiente, e sobre os possíveis prejuízos que este pode sofrer frente a ação humana. As condições relacionadas à sustentabilidade da sociedade são explicáveis sob a percepção da ideia de cuidado com relação ao meio em que vivemos. Por isso, a sociedade sustentável é aquela que cuida do ambiente em que vive, e promove ações que cuidam de sua natureza.

A adoção de meios protetivos que visam proteger o meio ambiente bem como com relação a qualidade de vida da população, para ser legítima deveria ser antecedida de amplo debate público. É de suma importância que as entidades da sociedade exijam dos governos a realização de debates, no qual lhes deve ser assegurado o acesso pleno às informações e aos meios de comunicação utilizados pelos empreendedores, para que se possam avaliar os impactos ambientais presentes e principalmente os futuros.

Governança e sustentabilidade possuem uma íntima ligação, que se estabelece primordialmente na elaboração das estratégias da corporação. O conselho de administração, ao analisar os cenários e propor ações estratégicas, necessariamente avaliará questões de sustentabilidade, não se limitando aos aspectos econômicos, mas dando também a devida atenção às questões ambientais e sociais (BURZRTN, 2001, p. 60).

O papel de cooperação do consumidor para evitar a poluição da atmosfera

consiste em ter uma postura de redução e economia, praticar o ato de reutilizar e de forma inovadora ter uma visão economicista de saber reciclar. Essa postura pode representar resultados em benefícios próprios e também para a sociedade e às futuras gerações.

Portanto, a necessidade de se ter um consumo responsável com relação aos recursos naturais é de suma importância, pois, as modificações realizadas pelos indivíduos na natureza devem ocorrer também com relação à busca de produtos ecologicamente corretos e que possam ser substituídos ou reciclados.

A responsabilidade ambiental decorre de atitudes, por isso, o comportamento que implique em benefício para o consumidor pode minorar os impactos ambientais, pois seria utópico pensar em degradação zero, visto que a maioria dos produtos e serviços gera impactos aos ecossistemas.

O sistema econômico é dissipativo e não se autoperpetua e com base nesses fatos que se deve desenvolver uma teoria que vise a compor uma política ambiental e econômica vinculadas. É somente trabalhando com tais evidências que se pode exigir um conceito material de desenvolvimento sustentável. Talvez as futuras gerações ainda não tenham consciência ou reflexos dos efeitos negativos de suas atitudes. No entanto, não podemos assumir referida postura uma vez que já é possível calcular os efeitos que a falta de conscientização pode promover às futuras gerações.

Desta forma, é preciso atender as necessidades básicas (alimentação, roupas, calçados, remédios, fornecimentos de água e luz, ensino escolar, lazer e assistência à saúde), sem comprometer as necessidades em longo prazo. Se as pessoas, antes de adquirir alguma coisa, assumir uma postura questionadora acerca da maneira do modo de produção isso certamente iria contribuir com as ações de sustentabilidade.

E com a projeção de um meio ambiente prejudicado pela ação consumidora desregrada da humanidade. Resta visível uma resposta negativa pela natureza afetada, caminhando para a degradação ambiental. Verifica-se urgente a necessidade na mudança de atitude dos seres humanos para com o planeta. O descaso à proteção dos recursos naturais ainda existentes, ainda é da maioria da sociedade que não aderiu ao processo de conscientização em prol da preservação da qualidade de vida presente e conseqüentemente futura.

Por isso, qualquer ato voltado a proteger o meio ambiente deve unir os

indivíduos e ser exteriorizado através do conhecimento, conhecimento que pode ser compartilhado de modo que todos aprendam algo sobre meio ambiente. As condições relacionadas à sustentabilidade da sociedade são explicáveis sob a percepção da ideia de cuidado com relação ao meio em que vivemos.

1.5 Proteção ambiental

O meio ambiente passou a ser tutelado a partir do momento em que se percebeu que a sua degradação afetaria a qualidade de vida dos homens que habitam a terra ou até mesmo sua sobrevivência. Além disso, percebeu-se que um meio ambiente sadio era necessário para que se pudessem garantir outros valores já incorporados à sociedade, tal como qualidade de vida, dignidade humana, cidadania, nacionalidade, solidariedade, entre outras. Portanto, a preservação do meio ambiente não é um fim, por si só, mas um meio de realização de outros valores já positivados.

Dessa forma é preciso que haja uma harmonização e coerência entre os valores já protegidos e aquelas condutas necessárias para que eles sejam garantidos e protegidos, o que indiretamente, fará com que o meio para tanto, se torne também um valor, pois estão intrinsecamente ligados.

O que despertou a consciência ecológica foi a revolução industrial e a explosão demográfica, bem como a valorização das manifestações históricas e artísticas na formação da identidade de um povo. Com a revolução industrial, viu-se aumentar a necessidade de consumo e a produção de lixo, o que, hoje já se sabe, causa grande poluição. Surgiram então aqueles que eram contra a industrialização e a destruição da natureza, que serve a todos, em benefício de poucos, estes foram chamados de ecologistas, seu objetivo era proteger esse novo valor, qual seja, o da preservação do meio ambiente.

Em 1972, o Clube Roma, formado em 1968 para debates políticos, econômicos e sociais, publicou um livro intitulado *Os Limites do Crescimento*, nos quais trazia consequências do crescimento rápido da população mundial, levando em consideração que os recursos naturais são limitados. Tudo isso, levou que fosse criado o direito ambiental, que é a área do conhecimento jurídico que visa o estudo

das interações do homem com a natureza, bem como os mecanismos legais para sua proteção.

O ambiente pode ser compreendido como substantivo ou adjetivo. Enquanto substantivo é mais abrangente e será aquilo que cerca os seres vivos e as coisas em geral, sendo, portanto, o ar que respiramos, as árvores, os animais, a paisagem, espaços, recintos, lugares, conjunto de influências abstratas, intelectuais, ou seja, o meio em que vivemos. Enquanto adjetivo será a qualidade daquilo que nos envolve, que é envolvente, como a temperatura ambiente (QUADROS, 2009, p. 72).

Contudo, um meio ambiente equilibrado e preservado é meio para sadia qualidade de vida, sendo, todavia, composto por recursos, que são meios para o progresso de nossa sociedade, principalmente à riqueza. Assim, percebe-se que, tanto o que o compõe, quanto o meio ambiente como um todo, são necessários. Daí a necessidade de equilíbrio entre a extração e a preservação da natureza que nos supre as necessidades. O meio ambiente passou a ser tutelado a partir do momento em que se percebeu que a sua degradação afetaria a qualidade de vida dos homens que habitam a terra ou até mesmo sua sobrevivência.

O que despertou a consciência ecológica foi a revolução industrial e a explosão demográfica, bem como a valorização das manifestações históricas e artísticas na formação da identidade de um povo. Com a revolução industrial, viu-se aumentar a necessidade de consumo e a produção de lixo, o que, hoje já se sabe, causa grande poluição. A partir daí surgiram então aqueles que eram contra a industrialização e a destruição da natureza, que serve a todos, em benefício de poucos, estes foi chamado de ecologistas, seu objetivo era proteger esse novo valor, qual seja, o da preservação do meio ambiente (FIORILLO, 2003, p. 58).

Assim, surgiu a criação da proteção ambiental e cujo estudo visa analisar a interação do homem com a natureza, bem como os mecanismos para sua real proteção. Os recursos naturais devem ser utilizados de forma inteligente, de maneira a colocar o interesse dos seres humanos e do Planeta acima do desenfreado interesse econômico, causador de graves problemas ambientais.

Desse modo, todos os atos realizados em face da proteção ambiental, pelo Estado de uma forma geral, suscitam indiretamente uma reflexão sobre a ética, pois, o meio ambiente representa a essência da vida humana, seja dessa ou das novas gerações. E, por isso, todos os fatos relacionados a destruição ambiental que envolvem diretamente a ação humana devem ser objetivo de discussões.

Os aspectos próprios da cidadania guardam intimidade com o processo de

democratização das relações humanas. Os Direitos Sociais suscitam comportamentos adequados dos dirigentes das instituições que formam a rede social, esses direitos somente serão realidade quando escorrerem como a água por todas as frestas e orifícios da sociedade, assim, a educação será o veículo condutor da população pelo caminho que a levará ao encontro da consciência cidadã.

A falta da predisposição indica indiferença, pois, a sociedade acaba induzindo os indivíduos em programas de responsabilidade social, e de educação ética em suas atividades, embora devam conter capacidade para compreender a atitude ética para decidir sobre o que é ser ético num mundo onde impera a desvalorização humana.

A responsabilidade social baseia-se no entendimento de que as “organizações são instituições sociais” só existem porque a sociedade deseja e permite. Sendo assim, há entendimento no sentido de que essas organizações afetam diretamente o convívio social e consequentemente a qualidade de vida dos indivíduos (DIAS, 2010, p. 44).

De qualquer maneira que se analisem os problemas da nossa sociedade em suas estruturas sociopolíticas, seus processos econômicos, seus sistemas sempre deixam um fundo de insatisfação. Obviamente, as estruturas morais das crianças e dos jovens não tiveram a força necessária para enfrentar as exigências da transição para a vida adulta e os adolescentes estão tratando por todos os meios de encontrar novos conceitos que possam guiá-los em suas decisões fundamentais a respeito de seu futuro.

As instituições sociais, religiosas e culturais que tradicionalmente tem sido responsável por esta tarefa de orientação, necessitando todas elas mesmas de uma transformação total, são incapazes de responder às inquietudes de uma era turbulenta, e de fato, estão sofrendo um processo de desintegração em face destas mesmas forças que sua resistência às mudanças que tem gerado (PRESTES, 2005, p. 38).

Assim, se verifica que não é tarefa fácil enfrentar o desafio moral que se apresenta à sociedade, lamentando a perda de valores tradicionais ao longo das últimas décadas, ou séculos. É necessário mais bem explorar cuidadosamente os códigos éticos e morais que deverão caracterizar a humanidade em sua época de maturidade, e ir implantando-os sistematicamente, mas, tal tarefa é ainda mais desafiadora, pois, os assuntos que envolvem a proteção do homem implicam no desenvolvimento das capacidades morais das pessoas em prol de tornar mais eficaz

seu cuidado com relação a natureza.

Portanto, deve-se pensar em aceitar, finalmente que a estrutura moral desse homem bom, que tratou de viver sua própria vida sem fazer nenhum mal a ninguém, apesar de estar adornado com virtudes e qualidades como a fé e a caridade, não pode resistir à devastação que geraram as mudanças repentinas em alguns poucos séculos.

Cabe lembrar que as questões morais acabam por trazer conflitos aos homens que, ao embasar sua vida na competição ou na luta coletiva, decidem justificar os fins pelos meios aplicáveis, e tal atitude pode inconsistentemente levar a uma condição de violência, velada ou explícita que penetraram todos os espaços da vida e todos os níveis da sociedade global.

Por fim, a busca por sólidas estruturas éticas e morais podem ser enfocadas a partir da perspectiva de um duplo propósito do indivíduo, o de transformar-se a si mesmo e o de contribuir para a transformação da sociedade. Uma aguda consciência da estreita conexão que existe entre estes dois aspectos da mudança é necessária, para que os novos projetos não sejam expostos aos erros e às posições ideológicas que dominaram o discurso de desenvolvimento socioeconômico.

1.6 Orientação para o consumo sustentável

A noção da sustentabilidade das cidades vai além do mero fundo urbanístico, para envolver três pilares de sustentação, quais sejam os parâmetros de igualdade social, a preservação ecológica e a eficácia econômica. Observa-se, portanto, que sustentabilidade é um conceito complexo, que envolve as dimensões ambiental, social, econômica e territorial dos processos urbanos. Assim, não admite ser usada de forma simplista.

As cidades que possuem um plano de sustentabilidade têm em sua política vontade de promover o crescimento econômico aliado à preservação do meio ambiente de forma duradoura. O ser humano precisa ter o mínimo de condições materiais e morais para uma vida digna; ter direito a uma moradia justa; transporte público de qualidade; a coleta de seu esgoto; o fornecimento de água potável; acesso a cuidados de saúde; sem falar no merecido direito de lazer e descanso, necessário para a reposição de seu desgaste físico e principalmente psíquico, que lhe ajuda a manter a autoestima, a sanidade do corpo e da mente (SACHS, 2002, p. 37).

Portanto, esta é finalidade que o desenvolvimento econômico deve se preocupar ao provocar grandes concentrações urbanas com suas atividades comerciais, industriais e de serviços; de se respeitar o ser humano, lhe propiciando condições de sustentabilidade social e ambiental. A realidade atual condiciona ao consumismo. Trata-se de uma disputa econômica onde uma postura contrária pode representar uma desatualização dos indivíduos sociais.

Entretanto, a resistência para a prática do consumo consciente depende também de uma política elaborada e convincente. É um processo que demanda esforços e disciplina num todo. O mercado está repleto de novidades tecnológicas que aguçam o desejo do ter e que na grande maioria das vezes supera a lógica do consumo consciente. O bom senso é deixado de lado sem que haja um questionamento sobre as consequências desse consumo desenfreado para o meio ambiente ou para o planeta.

Pensando nesta falta de bom senso, verifica-se que as políticas de orientações no sentido de incentivar o consumo sustentável. É possível que a maior parte dos consumidores desconheça as consequências, e que suas escolhas diárias refletem em sua vida, ao meio ambiente e para toda a sociedade. A adoção de políticas públicas cujos impactos sejam relevantes para a proteção ao meio ambiente bem como com relação a qualidade de vida da população, para ser legítima deveria ser antecedida de amplo debate público (BELLEN, 2005, p. 63).

É de suma importância que as entidades da sociedade civil defensoras do meio ambiente exijam dos governos a realização de debates, no qual lhes deve ser assegurado o acesso pleno às informações e aos meios de comunicação utilizados pelos empreendedores, para que se possam avaliar os impactos ambientais presentes e principalmente os futuros.

O consumidor responsável é aquele que se preocupa com o custo ambiental, entende que é seu o poder de escolha, e é quem tem o papel de contribuir com a qualidade do ambiente coletivo. A visão preocupada acerca da necessidade de se ter um consumo responsável é a de que os recursos naturais estão se esgotando devido à pressão voltada ao consumo, porém, a cada dia modificam-se as preferências do consumidor em busca de produtos ecologicamente corretos tanto com a possibilidade de serem substituídos ou reciclados, quanto a serem evitados aqueles que não forem degradáveis.

Por outro lado, o crescimento global está emergindo de forma incontrolável e

com ele o consumo desenfreado e até mesmo inconsciente da sociedade consumista, preocupada unicamente com interesses pessoais. Diante deste quadro preocupante pela ânsia de consumir de forma desordenada é imprescindível as mudanças de hábitos das pessoas de modo que recicle mais e se conscientize em consumir menos, pois resta uma coisa nessa constante, a de que os recursos naturais são limitados.

Trata veementemente da oposição ao progresso desenfreado, da preocupação com a falta de educação das pessoas em seus cotidianos desde os mais singelos atos como ao mais radical, nesse contexto, é importante que se tenha em mente que com o progresso vem: o crescimento populacional, um exacerbado aumento na produção do lixo e da poluição (ALMEIDA, 2007, p. 71).

Diante desse quadro, torna-se cada vez mais necessário promover ideais de desenvolvimento sustentável, a fim de promover propostas de precaução e prevenção ambiental. O consumo faz parte da sociedade, porém é necessário que ocorra de forma correta e ordenada para evitarem-se agressões ao meio ambiente, e é então que nasce o consumidor sustentável. É necessário que consumidores e fornecedores controlem a ansiedade pela aquisição e fabricação de bens que possam acarretar reflexos catastróficos ao planeta. A mudança de hábito é fundamental para que possa haver uma harmonia entre o crescimento ordenado e o meio ambiente equilibrado e sadio. Trata-se de uma troca ou reciprocidade entre homem e natureza.

Portanto, o consumo imoderado está entre os fatores que vem contribuindo para a crise ecológica causando as mais variadas consequências ambientais. Neste compasso é pertinente planejar e pôr em prática um desenvolvimento sustentável voltado para a construção de novos paradigmas tanto pessoais, como governamentais e estruturais com a participação política e cidadã. Torna-se indispensável a produção e o consumo ordenados para evitar a afetação do meio ambiente que na grande maioria das vezes suporta as consequências do desacerto no processo de desenvolvimento.

A fiel aplicabilidade da proporcionalidade no desenvolvimento sustentável configura o planejamento adequado dos padrões de produção e consumo promova não somente interesses privados das comunidades (lucro), mas todos os bens comunitários relevantes responsáveis pelo equilíbrio socioeconômico e ambiental (BELLEN, 2005, p. 93).

Entretanto, a harmonização e equilíbrio entre a produção e consumo de bens e serviços dependem de um olhar técnico de especialistas com capacidade analítica macroeconômica e geopolítica para cada cidade respeitando suas particularidades. As áreas verdes têm sido reconhecidas devido às funções que desempenham nas áreas de saúde, sociais, psicológicas, esportivas, educativas, ecológicas e estéticas, por atuarem como área de amortecimento dos efeitos negativos da urbanização.

Assim, tais áreas trazem vários benefícios em diversas áreas, sejam individuais ou coletivos, físicos ou psicológicos, ambientais ou econômicos ou mesmo culturais. Todos os efeitos sobre a saúde mental e física do ser humano representam algo de maior importância, e que tem ligação direta com as formas de uso das áreas verdes pela população.

Analizando as funções das áreas verdes, dentre as várias existentes destacou as seguintes: ecológica, estética e social. A ecológica se manifesta quando os elementos naturais presentes nesses espaços amortecem os impactos decorrentes da industrialização, assim, tais áreas devem também propiciar às pessoas momentos de lazer e recreação junto à natureza, respeitando o convívio urbano e o relacionamento interpessoal (ALMEIDA, 2007, p. 94).

Portanto, se verifica que as ações que visam preservar o meio ambiente tentam minimizar o impacto das ações danosas a sua essência, e em função do crescente consumismo, as vezes, a procura excessiva pelo lucro, acaba desvirtuando um determinado fato ou ação, assim, a função social do Estado está relacionada ao controle da distribuição da população e em como essa gente irá ocupar e gozar do seu espaço.

1.7 Atuação do Estado

É necessário, então, entender o significado e as premissas da gestão pública e como está se comporta estrategicamente em relação à gestão municipal, tendo em vista que é frequente a utilização da expressão administração pública e gestão pública de forma permutável, muito embora tenha conceitos diferenciados, pois a administração pública é uma expressão genérica que indica o conjunto de atividades relacionadas a construção e implementação de políticas públicas.

Para Assier (2000, p. 66), “[...] o Estado constitui uma parte essencial, mas não a totalidade da estrutura social, com funções externas e importantes, embora limitadas, pois só pode supervisionar os aspectos exteriores da vida social”.

Percebe-se, então, que a relação entre o Estado e a sociedade civil é uma discussão fundamental, pois são as diferentes formas de relação entre o Estado e a sociedade que atribuem o verdadeiro caráter de qualquer Estado. Ressalte-se que a principal exigência deste novo tempo é de melhorar a capacidade de resposta do gestor público para as ações empreendidas que, em termos técnicos e organizacionais, consiste em conviver democraticamente com uma sociedade revolucionada, solicitante e explosiva, sendo, portanto, pautada nos princípios estratégicos.

A terminologia estratégia vem sendo crescentemente solicitada, isso porque os gestores públicos reconhecem que a organização municipal precisa ter bem definido o seu campo de ação e seu crescimento se bem orientado, pois só assim terá seu desenvolvimento e ter as ações bem canalizadas em prol dos cidadãos. A estratégia serve para qualificar todas as funções e dimensões da administração. Pode-se inferir, a princípio, que esse conceito é útil para definir, enfim, toda a essência e relevância da administração, ou; inútil ou inócuo devido à generalidade do seu uso. No primeiro caso, poder-se-ia até propor desprezar a palavra administração e substituí-la por estratégia, já que esta última significaria, na verdade, toda a essência do conceito de administração. No segundo caso, a generalidade do uso implica dizer praticamente que todas as funções administrativas são estratégicas (CASAROTTO FILHO et al., 2006, p. 74).

Um dos pontos importantes para a operacionalização das estratégias em gestões públicas refere-se ao seu desdobramento em planos de ação. Esse desdobramento deve garantir que os direcionamentos traçados nas estratégias sejam mantidos nos mesmos, bem como o alinhamento entre eles e as ações de curto e longo prazo devem ser apresentadas. A formação da estratégia eficaz deve ser um processo deliberado de pensamento consciente rigidamente controlado.

A importância da utilização da estratégia como prática na gestão pública está na avaliação dos pontos que podem ser melhorados para minimizar os problemas evidenciados quando da exclusão social, da falta de saneamento, de educação, saúde, alimentação, emprego, a fim de melhor direcionar as capacidades estabelecidas para a implementação de estratégia baseada na análise, sempre, do contexto em que está inserido o problema. A busca de novos métodos para a produção de bens e serviços e a garantia da produtividade foram sempre condições

essenciais para a sobrevivência da humanidade.

CAPÍTULO 2 – LICITAÇÃO

É preciso considerar, no entanto, que no Estado Federal os sistemas políticos administrativos são autônomos, há necessidade de conciliar a necessidade de inter-relacionamento, como princípio autônomo. Há que se lembrar da complexidade do relacionamento das comunidades federadas, implicando a diminuição das diferenças peculiares entre tais comunidades, mas não implicando a diminuição das diferenças peculiares entre tais comunidades, mas não implicando no desaparecimento do empenho político regional e local em fazer valer seus valores e interesses.

Em relação a sua finalidade, a licitação visa a seleção da proposta mais vantajosa à coletividade na aquisição de bens ou contratação de serviços, resguardando-se, portanto, a moralidade, a eficiência, a impessoalidade e a probidade administrativa.

2.1 Noções gerais e conceito

As entidades estatais, quando exploradoras da atividade econômica, contudo, não se subordinam aos ditames da Lei 8.666/93, afinal, seria contraditório obrigá-las a adotar a sistemática tão diversa da aplicada às empresas privadas, com as quais concorrem em igualdade de condições.

Deve-se perceber, todavia, que essas pessoas jurídicas não estão liberadas do dever de licitar, mas podem adotar regras mais simples e que seja compatível com a sua natureza privada, nos termos do artigo 173, parágrafo primeiro, inciso III, da CF de 1988.

A licitação comporta algumas acepções, haja vista ser analisada no sentido próprio que é de exprimir, arrematar em leilão, comprar por meio de leilão; bem como se pode usar em sentido figurado, significando avaliar, estimar (MEDAUAR, 2015).

No ordenamento jurídico brasileiro é no direito Administrativo que se encontra o emprego da palavra licitação como sinônima de concorrência. E o Decreto-lei 200/67, seguiu-lhe a trilha dispondo sobre a organização da

Administração federal, estabelecendo diretrizes para a reforma administrativa e dando outras providências, substituiu pelo termo licitação o vocábulo concorrência, como se vê de seus artigos. 125 e 144, subordinados ao título que trata das normas relativas às licitações para compras, obras, serviços e alienações.

Licitação pode ser considerada o procedimento pelo qual a Administração tem como objetivo contratar obras, ou bens e serviços segundo as condições estabelecidas por lei para que sejam convocados interessados em participar do certame (MELLO, 2014, p. 471).

Assim, é possível identificar do conceito apresentado pela doutrina que as licitações públicas têm natureza jurídica de procedimento (ou processo) administrativo. É preciso considerar, no entanto, que no Estado Federal os sistemas políticos administrativos são autônomos, há necessidade de conciliar a necessidade de inter-relacionamento, como princípio autônomo. A licitação é um procedimento administrativo consubstanciado num conjunto de atos praticados de forma ordenada e sucessiva pelo Poder Público, objetivando a eleição da melhor oferta, visando um negócio jurídico que pretende celebrar por meio de um contrato.

Por isso, o procedimento de licitação assentou-se o legislador em determinados fundamentos, um deles é a moralidade administrativa. Esta deve guiar toda a conduta dos administradores, incumbindo a estes agir com legalidade e boa-fé no trato com os particulares, procedendo com sinceridade e descartando qualquer conduta contrária a lei.

Os agentes públicos cognominados pela autoridade competente são considerados responsáveis pela licitação, para integrar a comissão de licitação, ser pregoeiro ou realizar licitação na modalidade convite. Toda comissão é composta por, no mínimo, três membros, dos quais pelo menos dois devem ser servidores qualificados que integram os quadros permanentes do órgão da administração, responsável pela licitação, não podendo exceder mais de um ano sua permanência na comissão (MARINELA, 2014, p. 363).

Cabe lembrar a complexidade do relacionamento das comunidades federadas, implicando a diminuição das diferenças peculiares entre tais comunidades, mas não implicando no desaparecimento do empenho político regional e local em fazer valer seus valores e interesses, isto é, suas peculiaridades regionais e locais, mas a integração, fazendo que mecanismos institucionais vão se formando na conformidade de tais interesses, alimentando sua existência não pelo

isolamento de suas manifestações, mas pela integração de seus motivos e propósitos.

A sua natureza jurídica se refere à de uma sequência ordenada de atos administrativos. Desse modo, é incorreto tratar da licitação como ato administrativo isolado. Também não se trata de processo administrativo, já que este é um termo técnico utilizado no sentido de relação jurídica (CUNHA JR, 2011, p. 413).

Sob a vigência de constituições anteriores, houve quem sustentasse ser a licitação um tema afeto ao Direito Financeiro, e não ao Direito Administrativo. Essa diferença no enquadramento do instituto implicava na alteração dos princípios aplicáveis e a mudança da competência para editar leis sobre a matéria. Atualmente, a unanimidade da doutrina reconhece a licitação como instituto pertencente ao Direito Administrativo e, por isso, sujeito à incidência dos princípios e normas desse ramo jurídico.

A realização de licitação é um dever do Estado, não extensivo às empresas e pessoas privadas. Toda entidade governamental, de qualquer Poder, assim como instituições privadas mantidas com auxílio de verbas públicas, devem licitar. Trata-se de exigência ligada aos princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e indisponibilidade do interesse público.

A licitação é aberta a todos aqueles que queiram concorrer à celebração de um contrato com o Estado, desde que preencham as condições de participação definidas anteriormente pelo Edital. A participação no procedimento licitatório é sempre facultativa para o particular.

Com a isonomia, a competitividade, visando obter proposta vantajosa, é princípio básico da licitação. Por tal razão, só pode ser exigido dos licitantes o preenchimento de condições estritamente vinculadas ao objeto a ser contratado, sob pena de reduzir a quantidade de participantes. Em última análise, a licitação é uma disputa entre os interessados em contratar com o Estado. A finalidade da competição é promover uma disputa justa entre os interessados para celebrar contrato econômico, satisfatório e seguro para a Administração (HORVATH, 2011, p. 68).

Posto isto, torna-se obrigatória a realização de prévio procedimento licitatório para celebração de contratos referentes a diversos objetos, por isso, seu objetivo é aquilo que a Administração pretende contratar, podendo ser o fornecimento de bens, a prestação de serviços, a locação de móveis ou imóveis privados, a locação ou

venda de imóveis públicos, a premiação de trabalho artístico ou a alienação de determinado bem.

Concluindo, o objetivo final do procedimento licitatório é a celebração de um contrato administrativo entre o vencedor do certame e a Administração Pública. Na verdade, o ato que aperfeiçoa o contrato (assinatura) não pertence ao procedimento licitatório propriamente dito, à medida que ocorre após a adjudicação (fase final da licitação). Mesmo após a realização da licitação, a Administração Pública não é obrigada a celebrar o contrato, de modo que o vencedor do procedimento licitatório possui somente expectativa de direito à celebração do contrato, e não direito adquirido.

Portanto, nem sempre o preço mais baixo é determinante para a decretação do vencedor no certame licitatório. Cabe ao instrumento convocatório da licitação preestabelecer o critério para definição da melhor proposta, denominado tipo de licitação, podendo ser menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou menor oferta.

Nessa esteira, a administração pública desempenha várias atividades e sempre objetivando o interesse público. Para alcançá-lo, precisa valer-se de serviço e bens fornecidos por terceiros, mas para tanto a norma constitucional impõe que os serviços sejam contratados observando-se o princípio da isonomia e impessoalidade, bem como, improbidade administrativa, diante do exposto, surge os aspectos relativos à licitação que visa à contratação de particulares para efetivação de obras, prestação de serviços, fornecimentos de bens entre outros.

As pessoas físicas ou jurídicas quando da realização de um determinado negócio, buscam analisar e escolher dentre as propostas apresentadas a mais vantajosa. Porém, por se tratar de dever do gestor público cuidar das compras e contratações, cabe à licitação nortear tais atividades. Para qualquer tipo de negócio a ser contratado é necessário certo procedimento administrativo que, quase que sempre, é obrigatório.

A licitação veio como uma das alternativas para evitar ou, pelo menos, diminuir as fraudes e/ou erros nos processos de contratação. Entretanto, existem crimes contra este instituto, como: celebrar contratos com empresas ou profissionais inidôneos, obter vantagem indevida em contratos e patrocinar interesse privado mediante a contração (NOHARA, 2014, p. 65).

Dessa forma, a finalidade de toda licitação é garantir que a Administração

Pública, celebre contratos em condições vantajosas, com dispensa de tratamento isonômico aos particulares interessados no vínculo jurídico a ser formado (art. 3º da Lei 8.666/93).

2.2 Espécies

A lei de licitações traz em seu bojo todas as espécies licitatórias, e todas elas têm por finalidade apresentar uma proposta que será devidamente analisada e aquela que for mais vantajosa para a Administração. No entanto, tal fato não frustra a competitividade dos mercados, pois, ao participar do certame licitatório os fornecedores se propõem a participar e a entregar o produto no local que a administração determinar, e sem receber pelo frete que realizará. A sua proposta já deve considerar as despesas que terá com o frete, pois não é permitido à Administração realizar despesas com fretes.

A Administração deve evitar a ocorrência de qualquer ato que possa invalidar a escolha dos concorrentes, e para isso deverá se valer de critérios objetivos, assim, qualquer procedimento que possa vir a tornar-se fraudoso será impelido (GASPARINI, 2003, p. 462).

Vale salientar, sobre a definição de licitação como um procedimento administrativo utilizado pela Administração Pública, que tem como finalidade de selecionar a melhor proposta, atenta as condições estabelecidas, não deixamos de observar que houve um acréscimo na definição, em que a lei faz menção a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Por isso, a Lei 8.666/1993, adota normas de aplicação para compras e contratações públicas da Administração Pública. Com isso, o ente público, está vinculado à lei para adquirir, alienar e locar bens, contratar a execução de obras ou serviços. As normas contidas na lei de licitação devem ser obedecidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive Administração Indireta.

Portanto, seguindo os critérios de qualidade, prazo e rendimento será escolhido aquele que apresentar a melhor oferta, aqui se leva em conta o critério de produtividade, e por isso, o prazo fixado pela Administração deve ser suficiente para

que os interessados possam participar do certame licitatório.

2.3 Modalidades de licitação

Ao contrário das empresas particulares, que para comprar, alienar, locar bens, executar obras, possuem liberdade de escolha, a Administração Pública, deve seguir o rito da lei. O procedimento licitatório é apenas um procedimento administrativo, sendo que obrigatoriamente antecederá ao contrato. O procedimento licitatório não garante o contrato, apenas confere expectativas de um futuro contrato entre o particular e a Administração Pública.

O termo licitação tem como significado, o processo administrativo destinado à aquisição ou alienação de bens e serviços, mediante contrato firmado com terceiros, visa à proposta mais vantajosa apresentada para o ente administrativo competente (MARINELA, 2014, p. 389).

Do conceito depreende-se que o objetivo desse procedimento é garantir a competitividade, o tratamento isonômico e a vantagem do melhor preço para o Poder Público que contratará com aquele com o melhor preço para o produto ou para e/o serviço descrito no instrumento convocatório. Ademais, o princípio da publicidade, essencial no Direito Público, também possui papel fundamental no procedimento licitatório, uma vez que é através dele que se dará ciência ao maior número de empresas possível acerca das necessidades da Administração, fato que auxilia no desenvolvimento econômico e social do país, bem como garante o conhecimento das melhores propostas.

A licitação tem como objetivo principal, garantir o princípio constitucional da isonomia e escolher a melhor proposta para a Administração Pública, qual assegure igual oportunidade a todos os interessados, resguardando princípios básicos, como o da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, dentre outros.

Como já exposto, licitação visa o contrato de menor vulto para a Administração Pública, ou seja, tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa, porém, há casos em que se deve objetivar a técnica, pois em casos específicos a técnica será fundamental para o julgamento do procedimento

licitatório.

Dada à importância do procedimento licitatório foi expressa no inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, a obrigatoriedade do procedimento licitatório, tal inciso demonstra a importância de instaurar o procedimento com base no princípio da isonomia, para não desigualar os participantes.

Para que haja a definição do objeto a ser licitado, deve-se constatar qual o objetivo da licitação, se consiste na obtenção de certa obra, serviço, compra, alienação, locação, concessão ou permissão, assim pode considerar que o objeto é o próprio bem ou serviço que a Administração Pública pretende adquirir. As modalidades de licitação não podem sofrer combinação entre si, tampouco se podem criar outras modalidades, a proibição está expressa no § 8º, do artigo 22 da Lei 8.666/93, no caso do § 8º, ressalva a modalidade pregão instituída pela Lei 10.520/2002, e regulada por lei especial.

Na concorrência se observam dois tipos básicos, sendo a concorrência nacional e a internacional, mesmo sendo internacional, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da isonomia. Assim, se tem como principais características a ampla publicidade, oportunizando a participação de quaisquer interessados e, o formalismo, por tal razão sempre se exige habilitação inicial para participar da licitação.

Na modalidade de licitação tomada de preços, somente poderá participar os interessados devidamente cadastrados em algum órgão da Administração Pública ou os participantes que atenderem as condições para o cadastramento até o terceiro dia anterior a data de recebimentos da proposta (CUNHA JR, 2011, p. 425).

Com isso, o objetivo da tomada de preços é tornar a licitação mais rápida, pois os participantes são previamente cadastrados no órgão que irá proceder à licitação. O que distingue as modalidades de concorrência e tomada de preços, é que na concorrência há habilitação preliminar para constatar as condições do participante que irá executar o objeto, já na tomada de preços, a habilitação se dá através de registros cadastrais, sendo que a habilitação preliminar se dá para a análise dos certificados de registro dos interessados.

A modalidade de licitação convite é utilizada para contratações de menor vulto, por tal motivo, é considerada a modalidade de licitação mais simples. As regras da licitação referente à modalidade convite vão expressas no instrumento convocatório denominado de carta-convite (MARINELA, 2014, p. 395).

É facultado a Administração Pública escolher os convidados, sendo que não há necessidade de cadastro prévio, a carta-convite será encaminhada para no mínimo três fornecedores. Apenas poderá participar desta modalidade de licitação, empresas ou pessoas que atuem no ramo pertinente ao objeto.

A modalidade de licitação concurso é cabível para a contratação de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo que quaisquer interessados poderão participar do procedimento licitatório, mediante prêmio ou remuneração prévia. No concurso exige-se que cada procedimento deverá possuir um regulamento próprio, devendo constar no edital da licitação a qualificação técnica que será exigida do participante, só assim a Administração Pública poderá analisar as condições dos participantes para cumprir com o objeto da licitação; bem como deverá constar as diretrizes e a forma que será realizada a apresentação do trabalho.

Por fim, constará a condição para a realização do concurso e o prêmio ou a remuneração que o vencedor da licitação terá direito. Para que o prêmio ou a remuneração possam ser pagos ao vencedor da licitação, o mesmo terá que ceder os direitos patrimoniais à Administração Pública e o direito de utilização do trabalho, conforme estabelecido no edital da licitação.

Na modalidade de licitação leilão inexistirá sigilo quanto ao conteúdo entre os participantes, sendo que quaisquer interessados poderão participar.

O leilão tem como objetivo a venda de imóveis que não tenham mais utilidade para a Administração Pública; para a venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados ou para alienar bens que aquisição decorra de procedimento judicial ou dação em pagamentos, conforme reza o artigo 19, da Lei 8.666/93 (MARINELA, 2014, p. 398).

Salienta-se que constará no edital da licitação o critério de julgamento, bem como a licitação decorrente da modalidade leilão deverá ter seu edital amplamente divulgado para que todos que tenham interesse possam participar. O objeto que será leilado sofrerá avaliação pela Administração Pública antes do leilão, assim fixa-se o valor mínimo do arremate do bem, não há olvidar-se que o critério do leilão é a melhor proposta, podendo ser igual ou superior à avaliação que o bem sofreu,

após o arremate do bem, o autor da melhor proposta assinará a ata, sendo lavrada em seguida no mesmo local onde ocorreu o leilão.

A modalidade de licitação pregão foi instituída na esfera da Administração Pública Federal pela Medida Provisória 2.182/2001, foi criada com o objetivo de aperfeiçoar o instituto das licitações, e posteriormente a Medida Provisória foi convertida na Lei 10.520/2002. Com a conversão da Medida Provisória em Lei, o pregão tornou-se norma geral, estendendo a possibilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios utilizarem a referida modalidade licitatória.

O pregão foi regulamentado pelo Decreto 3.555/2000, a presente modalidade licitatória destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, sendo que o objeto a ser licitado estará definido no edital, especificando suas qualidades e os padrões para a execução da licitação. Nessa modalidade de licitação não há limite de valor, salienta-se que quaisquer interessados podem participar da disputa, por meio de propostas e lances em sessão pública.

A modalidade de licitação pregão diminui os gastos do erário público, pois possibilita mais agilidade nas aquisições, e desburocratiza os requisitos de habilitação para participar da licitação, tornando um procedimento com maior competitividade e ampla participação (CUNHA JR, 2011, p. 427).

Ressalta-se que a evolução das normas relativas a licitação deve existir, pois a lei adequa-se e modifica-se de acordo com a conjuntura social, cultural e econômica vigente no momento histórico da sua aplicação.

2.4 Hipóteses de dispensa da licitação

Embora a regra geral seja licitar, é possível que ocorram situações inesperadas ou inusitadas, para as quais o administrador público não teria como se planejar. E mais do que isso, pode ocorrer que seus efeitos gerem prejuízos à Administração enquanto determinadas ações não forem tomadas, tornando inviável aguardar a realização de um procedimento licitatório.

Nesses casos, a legislação faculta ao administrador, tendo em vista razões de relevante interesse público ou de extrema necessidade para o funcionamento da

máquina administrativa, a possibilidade de não realizar a licitação. Há que se dizer, no entanto, que não é uma permissão para a execução de despesas superfaturadas e para a concretização de fatos administrativos pródigos, mas simplesmente um alívio das exigências legais, seja por suprimir alguns requisitos que naquele momento não há como serem observados, seja por substituí-los por outras regras mais viáveis no momento.

Por isso, diversas são as situações em que isso ocorre, e estão elencadas nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93. Encontram-se divididas em dois grupos. O primeiro, previsto no artigo 24, elenca as situações em que a licitação é dispensável. O segundo, previsto no artigo 25, elenca as situações em que ela é inexigível.

A licitação é dispensável quando existem condições de que ela ocorra, mas não é interessante para a Administração Pública, e é inexigível quando não existem condições de realização do certame. O critério básico para avaliar essa possibilidade é a existência de um universo de propostas cujos fornecedores tenham condições de concorrer entre si.

Se existem dois ou mais fornecedores ou interessados que tenham condições de concorrer entre si em uma licitação, mas a Administração entende que não é interessante realizá-la, por outro motivo qualquer, a mesma é dispensável. Se, no entanto, existe apenas um agente capaz de participar do certame licitatório, ou se apenas um tem condições de atender à demanda do serviço público, a licitação é inexigível (GASPARINI, 2003, p. 422).

Não obstante o fato de ser regra a licitação para a Administração Pública, este dispositivo assegura que em casos de emergência ou calamidade pública, será possível contratar diretamente a solução que se fizer necessária para o mal ocorrido. Isso traz uma segurança muito grande para o patrimônio público e para a população, pois não ficará desamparada por motivos administrativos e burocráticos.

Também é importante frisar que só deve ser empenhada certa verba pública caso a solução a ser adquirida seja a única que tenha condições de realmente fazer frente aos danos acontecidos, caso contrário o Agente da Administração estaria desperdiçando o recurso público. E ainda, no caso específico de contratação de serviços, além de ser a única forma de sanar o problema, ela não pode ocorrer por período maior que 180 (cento e oitenta) dias.

Isto, pois a Lei de Licitações e contratos consegue proibir a prorrogação do contrato inicial, mas não pode impedir o seu acontecimento ou que se caracterize

outra situação emergencial ao término da primeira. Partindo do princípio de que a dispensa de licitação em situações de emergência e calamidade pública acaba por não observar o princípio da economicidade em sentido estrito, a relação que nos resta analisar é entre este tipo de despesa e a economicidade em sentido amplo. Analisando os efeitos da inércia da Administração percebe-se que caso os danos produzidos continuem gerando efeitos devastadores e provocando grandes prejuízos é viável o empenho de recursos, mesmo que sem a realização de um procedimento licitatório, com vistas a minimizar o dispêndio de meios.

Assim, o que se conclui é que a dispensa de licitação por emergência não atende em todos os casos ao princípio da economicidade em sentido estrito, ou seja, não é a forma de empenho de recurso que obtém a proposta mais vantajosa possível para aquisição de bens, contratações de serviços e alienações.

2.5 Licitação sustentável: vantagens ou desvantagens para a Administração Pública

O fato de que o consumidor tem papel fundamental na sustentabilidade bem como no desenvolvimento sustentável, uma vez que se ele modificar sua postura de consumo acabará forçando o empresário a também modificar sua atuação produtiva, modificando assim todo o ciclo produção x consumo.

Assim, o Estado deve ser responsável por desenvolver os atos que visem atender a demanda social e para isso deve realizar contratação de serviços e/ou bens nos termos do artigo 37 da Constituição Federal mediante licitação pública de modo a possibilitar aos interessados a igualdade de condições a todos os participantes.

O Estado adquire insumos com o objetivo de cumprir suas funções, e para isso escolhe tendo como base a proposta mais vantajosa dentre os fornecedores, e é exatamente aqui que vemos a promoção da sustentabilidade sob a ótica ambiental, pois, a Administração não está só buscando economia monetária, ela está atendendo aos aspectos relacionados ao meio ambiente e cumprimento aos mandamentos constitucionais que descrevem a sociedade responsável pela elevação e manutenção do meio ambiente equilibrado e totalmente essencial para manter a qualidade de vida descrita no artigo 225 da Constituição Federal (SANTOS, 2011, p. 80).

O desenvolvimento sustentável pode ser descrito como sendo o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, e para tanto, o consumo público deve ocorrer sob a ótica da sustentabilidade, ou seja, necessita ocorrer respeitando todos os parâmetros, sejam eles sociais, econômicos e ambientais.

Assim, ao adotar procedimentos ecologicamente corretos na rotina organizacional, as empresas devem ter em mente que essa lhes gerará otimização dos lucros advinda, especialmente, com a redução das perdas e dos ganhos com reciclagem, porém o grande ganho não se refere as bases econômicas e sim aos ganhos subjacentes de tais atos, tais como a elevação da saúde e bem-estar de seus colaboradores, sociedade e do meio ambiente.

Por isso, a aquisição de qualquer serviço e/ou produto por parte da Administração deve ser realizada sobre os instrumentos legais de modo a proteger o meio ambiente, além de incentivar o consumo sustentável, ou seja, a licitação sustentável deve obediência aos critérios ecológicos na proporção de seus atos, e assim, eventuais impactos ambientais devem ser minimizados através da sua prática.

Após, o cumprimento das etapas do certame licitatório é necessário observar os requisitos de sustentabilidade para contratação de serviços e/ou bens, de modo que a licitação sustentável possa atingir seus objetivos, quais seja, redução do dano ambiental e melhor utilização dos recursos por parte da Administração.

A licitação sustentável visa que seus participantes cumpram com as normas de proteção ambiental, dessa forma, mantem-se também o cumprimento da isonomia já que não há violação de igualdade estabelecida entre seus participantes. Com relação a adoção dos critérios que visam cuidar do patrimônio ambiental dentro do certame licitatório, este poderá ocorrer sem prejuízo do mesmo uma vez que o cuidado com o meio ambiente é um dever constitucional e que interessa a toda sociedade (TORRES, 2012, p. 220).

Portanto, se verifica que um dos objetivos da licitação sustentável é adquirir mercadorias que possam representar menor impacto sobre o meio ambiente, e isso para ele representará a contratação mais vantajosa para a Administração, mesmo que a mercadoria tenha o menor preço dentre as que estão no certame licitatório

quando comparadas com outras mercadorias, é necessário atender aos interesses de preservação do meio ambiente descritos no artigo 225 da Constituição Federal.

Assim, as licitações sustentáveis são conhecidas também como compras sustentáveis, pois, visam dar preferência para a compra de produtos sócioambientais que causem o menor impacto possível e incorpore em seus atos padrões de sustentabilidade, ou seja, os bens adquiridos devem gerar menor descarte e impacto sobre o meio ambiente.

Desse modo, a licitação sustentável quando aplicada corretamente busca reduzir eventuais impactos ambientais, além de agregar benfeitorias à sociedade. Isso ocorre, pois, através de sua prática é possível alcançar maior nível de eficiência no serviço buscado pela licitação sustentável, e a redução de custo é satisfatória, além do cumprimento da preservação ambiental.

Entretanto, a Administração Pública deve se comprometer a realizar a licitação sustentável, pois, a responsabilização socioambiental deve crescer juntamente com a prática de seus atos e do crescimento da população em geral. O setor público ao se utilizar da licitação sustentável incorre em melhor eficiência organizacional, visto que as contratações requerem maior controle, além disso, a compra sustentável permite melhor controle das ações que visam proteger o meio ambiente, e assim, através de políticas públicas é possível trazer junto à sociedade melhor conscientização dos atos praticados e que esses atos não podem destruir a sociedade em que vivemos.

Apesar de algumas críticas serem realizadas na aplicação da licitação sustentável, Villac et al., (2014, p. 122), dita que tais críticas estão relacionadas com os critérios de sustentabilidade, pois, ao se iniciar o procedimento licitação tais critérios podem influenciar diretamente no princípio da competitividade e na isonomia do certame.

No mesmo sentido, ao adotar uma política de contratação sustentável as condições que podem levar um prazo maior, eventualmente também representarão maior custo, e tal fato não pode ser permitido pela Administração, pois, não é isso que se busca ao adotar um procedimento licitatório, sem falar nos danos causados ao meio ambiente, por isso, é necessário repensar quais critérios devem ser adotados nesses casos para que o objetivo da licitação possa ser atendido.

2.6 Administração Pública frente a Licitação sustentável

A Administração Pública no desempenho de suas funções submete-se a diversos tipos de controles, no que tange ao controle social, na Constituição Federal há várias previsões de participação do cidadão na Administração Pública, essa participação enquanto princípio constitucional é direito político, de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades da sociedade.

O controle social dentro da Administração surge da necessidade de correção das ações do gestor público frente aos anseios da sociedade, evitando-se o desperdício e inadequação no uso dos recursos públicos. É sabido que sem controle as metas não são alcançadas, os objetivos fundamentais, muitas vezes, ficam colocados em segundo plano, há desperdício e inadequação no uso dos recursos. Sem contar, que quando prevalece à má-fé ocorrem roubos e desmandos, traduzindo-se num maior esforço da sociedade para arcar com os custos dessas impropriedades.

Ao estabelecer quais critérios serão utilizadas na licitação sustentável a Administração Pública deve promover a sustentabilidade e proteção com o meio ambiente, mesmo que tais ações não estejam explicitamente descritas em lei, tais ações devem obediência aos princípios de direito constitucional, administrativo e ambiental, assim, a regulamentação dessa matéria não pode ser omissa por parte dos Entes federados.

A sustentabilidade é um desafio social a todos, de base nacional e internacional, uma vez que essa envolve tudo e todos tendo visto que engloba desde o transporte até o estilo de vida e o consumo dos indivíduos. A base lógica da sustentabilidade pode ser definida, de modo generalista, como sendo o conjunto de valores, assuntos e processos que organizações se utilizam a fim de reduzir danos ao valor econômico, ambiental e social.

As organizações são as unidades básicas de ordem econômica, sendo vistas como “motor” central de todo o desenvolvimento econômico do país, porém para que essas se transformem em “motores” de ações sustentáveis é indispensável que essas definam, de modo adequado, sua relação com a sociedade bem como com o meio ambiente que as cercam, passando a ser reconhecidas como agentes transformadores que detêm de metas para realizar influência positiva junto aos recursos humanos, sociais e ambientais (CARVALHO FILHO, 2014, p. 455).

Por outro lado, para se obter o sucesso com a implementação de sustentabilidade na base organizacional é fundamental ceder padronização na abordagem e avaliação do desempenho organizacional, no que refere a sustentabilidade, visto que nessa tangente, medidas tradicionais como as de avaliação do retorno sobre investimentos, já não funciona como funcionava na era industrial.

No mundo dito globalizado a sustentabilidade tem de ser generalista englobando desde as políticas, rotinas, práticas, até os programas de gerenciamento que agem em todos os níveis operacionais. Tal atuação acaba por requerer que toda a organização se mobilize, em suas mais diversas hierarquias, de modo a afetar sua estrutura de modo integral, redigindo nesses novos conceitos éticos e técnicos envoltos a um novo padrão de gerenciamento e atuação produtiva.

A Administração Pública deve independentemente de qualquer órgão atuante dispor de mecanismos que tornem viável o desenvolvimento sócio econômico de modo a não comprometer a segurança ambiental, e todos os atos praticados seja pela Administração ou de um dos Entes federativos devem estar de acordo para a ocorrência da sustentabilidade. E nesse contexto, se insere as mudanças que vem ocorrendo na sociedade ao longo dos anos e que buscam relação com o meio ambiente. Essa preocupação que a humanidade vem demonstrando com a qualidade ambiental e com a utilização sustentável dos recursos naturais fez com que a adoção de novas leis pudesse dar maior proteção à legislação ambiental.

Por isso, é necessário cumprir a legislação ambiental e assumir compromissos de caráter voluntário que busca a preservação do meio ambiente e que as questões relacionadas à sustentabilidade sejam levadas a sério. Uma grande cadeia de leis que envolvem o desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade em si devem promover a consciência ambiental, limitar a atuação do Estado ao exigir que todas ações sejam enquadradas em ações que visem o cumprimento da Lei, e com a adoção de ações de sustentabilidade garantir a médio e longo prazo condições para manter o desenvolvimento dos recursos naturais.

CONCLUSÃO

O procedimento licitatório possui regras gerais, bem como características específicas, como os tipos e modalidades de licitações, sendo que a inobservância de qualquer um desses aspectos implicará na anulação ou revogação do certame. Ainda, caso os princípios do direito administrativo e os princípios específicos das licitações não sejam observados, haverá grande afronta à moralidade administrativa e, conseqüentemente, lesão aos interesses da coletividade.

O direito ao meio ambiente equilibrado é um direito que pertence tanto a coletividade como a cada indivíduo. Para que isso ocorra, deve-se zelar pela qualidade do mesmo. Toda a sociedade é eticamente responsável pela condução e reestruturação da trajetória da natureza e da história do mundo contemporâneo, e nesse contexto, a Administração Pública deve primar pela prática de atos que protejam o meio ambiente e promovam a sustentabilidade.

Por isso, quando falamos em sustentabilidade há de se ter em mente que tal termo foi criado para definir um conjunto de ações relacionadas umas com as outras, e atividades humanas que visam suprir as atuais necessidades sem prejudicar as próximas gerações, ou seja, a sustentabilidade está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural para que se possam evitar contínuas agressões ao meio ambiente, fazendo com que seja feita a utilização inteligente dos recursos naturais para que se garanta um desenvolvimento sustentável.

O Estado quando adota um procedimento licitatório sustentável está colaborando com os preceitos trazidos pela Lei de Proteção ao Meio ambiente, e com o desenvolvimento de pesquisas orientadas para a prática sustentável, conforme disciplina os artigos 2º e 4º do referido diploma legal. Nesse mesmo sentido, ao considerar utilizar um requisito explícito ou implícito que cuide da sustentabilidade ambiental no âmbito das licitações, o Estado está promovendo importante ação voltada para defesa e/ou preservação do meio ambiente que causa o mínimo de impacto degradante na natureza.

Pela Lei de Licitações a adoção da sustentabilidade em seus certames segundo a redação do artigo 3º da Lei 8.666/93 é obrigatória uma vez tais atos visam à preservação do meio ambiente, assim, não cabe mais a faculdade do

Gestor Público em adotar ou não tal procedimento para fechar contratos que interessam a União e demais Entes federativos, as questões ambientais e sustentáveis são protegidas por lei e qualquer ato contrário deve ser repudiado.

O Estado ao adotar uma política de compras deve ser responsável por estabelecer os critérios ambientais que devem ser respeitados nos procedimentos para a realização de tais compras, dessa forma estará promovendo quais critérios serão utilizados futuramente na adoção da licitação sustentável. Por fim, a adoção efetiva da adoção sustentável realizada pela Administração Pública servirá para que o interesse público seja devidamente atendido por todos os meios que levem na melhor utilização de seus recursos economicamente e, principalmente que garantam a qualidade do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade: Uma ruptura urgente**. Elsevier, 2007.

ASSIER ANDRIEU, L. **O Direito nas sociedades humanas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

BELLEN, Hans. **Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

BETIOL, Luciana Stocco. **Compra sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. 1ª Ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012.

BURZRTN, M. **Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao Nono Século**. 2ª ed. São Paulo. Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CASAROTTO FILHO, N., KOPITKE, B. H. **Análise de Investimentos**. São Paulo: Atlas, 2006.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. 10ª Ed. Salvador: Podivm, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2010.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HORVATH, Mirian Vasconcelos Flaux. **Direito Administrativo**. Barueri, SP: Manole, 2011.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 8ª Ed. Niterói: Impetus, 2014.

MEDEIROS, Fernanda L. F. **Meio ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PRESTES, Vanêscia Buzelato; FREITAS, Vladimir Passos de Freitas (Coord). **Direito Ambiental em Evolução**. Curitiba. Ed. Juruá, 2005.

QUADROS, E. L. **Recuperação de áreas degradadas**. Ed. Prosul. Florianópolis: Intei, 2009.

SANTOS, Murilo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TORRES, Rafael Lopes. Licitações Sustentáveis: sua importância e seu amparo constitucional e legal. **Interesse Público - IP**, Belo Horizonte, ano 14, n. 71, p. 219-241, jan./fev. 2012.

VILLAC, Teresa; BLIACHERIS, Marmos Weiss; SOUZA, Lilian Castro. **Panorama de Licitações Sustentáveis: Direito e Gestão Pública**. 1ª Ed. Forum, 2014.